conectas
direitos
humanos

RELATÓRIO ANUAL 2021

SUMÁRIO

04 Expediente

05 Carta da Diretoria

07 Sobre Conectas

11 Fortalecimento do Espaço Democrático

20 Defesa dos Direitos Socioambientais

30 Enfrentamento à Violência Institucional

41 Litígio

43 Incidência

46 Institucional

49 Transparência

Diretora-executiva:
Juana Kweitel

Diretora de programas:
Camila Asano

Diretor jurídico e financeiro:
Marcos Fuchs

Coordenadora administrativa-financeira:
Fernanda Mioto

Coordenador de Enfrentamento à Violência Institucional:
Gabriel Sampaio

Coordenadora de Defesa dos Direitos Socioambientais:
Júlia Neiva

Coordenador de comunicação e engajamento:
Leonardo Medeiros

Coordenadora de Fortalecimento do Espaço Democrático:
Raissa Belintani

Conselho deliberativo:
Theo Dias (presidente), Anamaria Schindler, Andre Degenszajn, Denise Dora, Flavia Regina de Souza, Hélio Menezes, Malak Poppovic, Margarida Genevois, Marcelo Furtado, Oscar Vilhena, Renata Reis, Silvio Almeida e Sueli Carneiro

Conselho fiscal:
Emilio Martos, Heloísa Motoki e Luigi Puntel

Texto:
Danielle Bambace / Jeferson Batista

Edição:
Leonardo Medeiros

Foto da capa:
Ato realizado em agosto de 2021 durante o acampamento Luta pela Vida, quando povos originários pediram reconhecimento de seus direitos constitucionais ao território. Foto: Tuane Fernandes / Greenpeace

Diagramação e projeto gráfico:
W5 Publicidade

www.conectas.org
Conectas Direitos Humanos
Caixa Postal 47 – São Paulo (SP)
CEP 01032-970
contato@conectas.org

Novembro de 2022

Carta da Diretoria

Apesar do contexto desafiador, com forte impacto da covid-19 sobre a saúde física e emocional de todas as pessoas, o governo Bolsonaro não ofereceu trégua. Bolsonaro encampou uma cruzada em que minimizou os riscos da pandemia, incitou a aglomeração, confrontou as medidas de isolamento social, ridicularizou o uso de máscaras, recomendou medicações sem benefícios comprovados contra a covid-19 e disseminou desconfiança sobre vacinas. Enquanto o Brasil ultrapassava a marca de 200 mil vidas perdidas no início de janeiro de 2021 (neste momento já são mais de 670 mil vidas), a capital do Amazonas agonizava por falta de oxigênio para o tratamento das pessoas acometidas pelo vírus.

Foi neste cenário que Conectas divulgou a 10ª edição de seu Boletim Direitos na Pandemia em conjunto com o Cepedisa (Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário da Universidade de São Paulo). A partir de um estudo sobre as normas federais relativas à covid-19, o documento revelou como o governo Bolsonaro atuou deliberadamente contra as medidas de contenção da pandemia. O documento serviu como fonte da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) instaurada em abril pelo Senado.

Paralelamente a isso, assistimos a uma escalada dos ataques ao sistema eleitoral e ao Judiciário, também promovidos pelo presidente da República. Mesmo após seu projeto de voto impresso ser derrotado na Câmara, Bolsonaro insistiu na tese, sem comprovação, de que as urnas eletrônicas não são confiáveis, insinuando que pode rejeitar o resultado do pleito de 2022. Por outro lado,

os ataques a membros do STF (Supremo Tribunal Federal) tiveram seu ápice nos festejos do 7 de setembro, em que o presidente e seus seguidores adotaram discursos de ruptura institucional.

Este cenário de ameaças antidemocráticas e conflitos institucionais exigiu de toda a sociedade civil um alto nível de vigilância, coordenação e resistência. Conectas redobrou esforços para resistir às diversas frentes de retirada de direitos, seja no Congresso Nacional ou no Judiciário. Nossa equipe participou de ações históricas no STF e acompanhou de perto a tramitação de projetos que representavam retrocessos na proteção ambiental e no cenário de violência institucional.

Este relatório anual apresenta o resumo de um trabalho que nos traz muito orgulho e que nos lembra que celebrar cada vitória é tão importante quanto resistir. Em 2021, tivemos a chance de olhar para trás e recontar nossa história a partir da publicação Conectas 20, um documento que resgata a trajetória de duas décadas da fundação de nossa organização através dos perfis de vinte ativistas.

Boa leitura!

Juana Kweitel

Marcos Fuchs

Camila Asano

Sobre Conectas

QUEM SOMOS

Mais do que uma organização não governamental, somos parte de um movimento vivo e global que persiste na luta pela igualdade de direitos. Conectados a uma rede extensa de parceiros espalhados pelo Brasil e pelo mundo, estamos presentes e nos fazemos ouvir nos diversos espaços de decisão que contribuem para o avanço dos direitos humanos a partir de um olhar do Sul Global. Trabalhamos para proteger e ampliar os direitos de todos e todas, especialmente para os grupos mais vulneráveis. Propomos soluções, impedimos retrocessos e denunciamos violações para produzir transformações.

MISSÃO

Efetivar e ampliar os direitos humanos e combater as desigualdades para construir uma sociedade justa, livre e democrática a partir de um olhar do Sul Global.

VISÃO

Enfrentar injustiças e propor soluções que causam impacto positivo na vida das pessoas, particularmente das mais vulneráveis.

VALORES

PARCERIAS: acreditamos que a "conexão" e parceria com diversas instituições, movimentos e organizações da sociedade, de forma independente e suprapartidária, é fundamental, tanto pelo respeito ao trabalho de outras organizações e zelo pela cooperação horizontal, quanto como elemento estratégico para obter resultados.

INOVAÇÃO: definida como a habilidade de repensar a instituição e colocar em prática ideias, projetos e estratégias inovadoras, no enfrentamento de antigos e novos desafios na luta pela proteção dos direitos humanos.

PERSISTÊNCIA: acreditamos que a transformação social desejada só será alcançada pela conjugação de ações de curto, médio e longo prazo, planejadas e executadas de maneira persistente com rigor técnico e baseadas em evidências. Acreditamos que nossas atividades devem ser desenvolvidas de forma estratégica e visando a impactos concretos na prevenção ou reversão de violações de direitos humanos.

ANTIRRACISMO: entendido como um princípio em prática cotidiana, no sentido de evidenciar e enfrentar todas as formas de racismo em suas relações interpessoais, e como um guia transversal das atuações da Conectas, considerando indispensável a implementação de medidas de ação afirmativa para promover a equidade racial e étnica.

CULTURA DO CUIDADO: acreditamos que a mudança que buscamos fora começa por dentro. Por isso, zelamos por uma cultura de cuidado, individual e coletivo, como metodologia para construir resiliência.

PRIORIDADES PROGRAMÁTICAS

Seremos ágeis e contundentes na resistência frente aos retrocessos em matéria de direitos humanos sem deixar de buscar proativamente mudanças rumo a uma sociedade mais justa, livre, igualitária e democrática. Trabalharemos incansavelmente na reconstrução da esperança.

Fortalecimento do Espaço Democrático

1. **Defesa da Sociedade Civil:** denunciamos e barramos as iniciativas de criminalizar e limitar a atuação de organizações, movimentos e defensores.
2. **Mobilizações Religiosas e Agenda de Direitos:** defendemos o Estado laico, a liberdade e a pluralidade religiosa.
3. **Defesa das Ações Afirmativas Raciais:** atuamos para a formulação de políticas públicas que promovam a igualdade racial, que contemplem as necessidades específicas da população negra brasileira e que combatam a discriminação.
4. **Migração e Refúgio:** defendemos políticas públicas orientadas segundo os princípios da Nova Lei de Migração e os direitos de migrantes e refugiados.

Enfrentamento à Violência Institucional

1. **Pessoas Privadas de Liberdade:** trabalhamos pelo fim do encarceramento em massa e para que o Estado cumpra a lei ao garantir a dignidade das pessoas privadas de liberdade.
2. **Controle das Forças de Segurança:** monitoramos violações e abuso do uso da força pelos agentes do Estado, exigindo protocolos de atuação, redução da letalidade policial e mecanismos de controle externo e interno.
3. **Política de Drogas:** propomos uma abordagem à questão das drogas que leve em conta a saúde pública em substituição à política criminal e atuação policial fortemente militarizada.
4. **Controle de Armas:** atuamos para a consolidação de políticas públicas de controle da posse e porte de armas de fogo, além de rastreamento de armas e munições. Em outra frente, atuamos também contra o uso abusivo de armas menos letais.

Seremos ágeis e contundentes na resistência frente aos retrocessos em matéria de direitos humanos.

Defesa dos Direitos Socioambientais

1. **Impacto da Indústria Extrativista:** denunciamos os impactos de grandes empreendimentos que afetam a vida de comunidades tradicionais e o meio ambiente de forma drástica e permanente.
2. **Justiça Climática:** buscamos adequar os processos políticos, econômicos e sociais aos compromissos de redução das emissões de gases do efeito estufa.
3. **Combate à Escravidão Contemporânea:** atuamos para fortalecer as políticas públicas de combate ao trabalho análogo ao escravo.
4. **Financiamento do Desenvolvimento:** monitoramos e estimulamos as políticas de direitos humanos praticadas por instituições financeiras de desenvolvimento.

Foto: Marizilda Cruppe/Conectas

Fortalecimento do Espaço Democrático

RESQUÍCIO DA DITADURA, LEI DE SEGURANÇA NACIONAL É REVOGADA

Promulgada pela ditadura militar em 1983, a LSN (Lei de Segurança Nacional) foi revogada pelo Congresso Nacional em agosto. Em seu lugar, os parlamentares acrescentaram ao Código Penal crimes contra o Estado Democrático de Direito. A tramitação do projeto de lei de Defesa do Estado Democrático se deu em 2021 após críticas ao uso indiscriminado da LSN para perseguir críticos do governo Bolsonaro. A antiga legislação determinava, entre outras coisas, penas de até quatro anos de prisão a quem caluniasse ou imputasse fato ofensivo à reputação dos presidentes da República, do Supremo, da Câmara e do Senado. Conectas participou ativamente dos debates acerca da nova lei no Congresso e propôs melhorias ao texto.

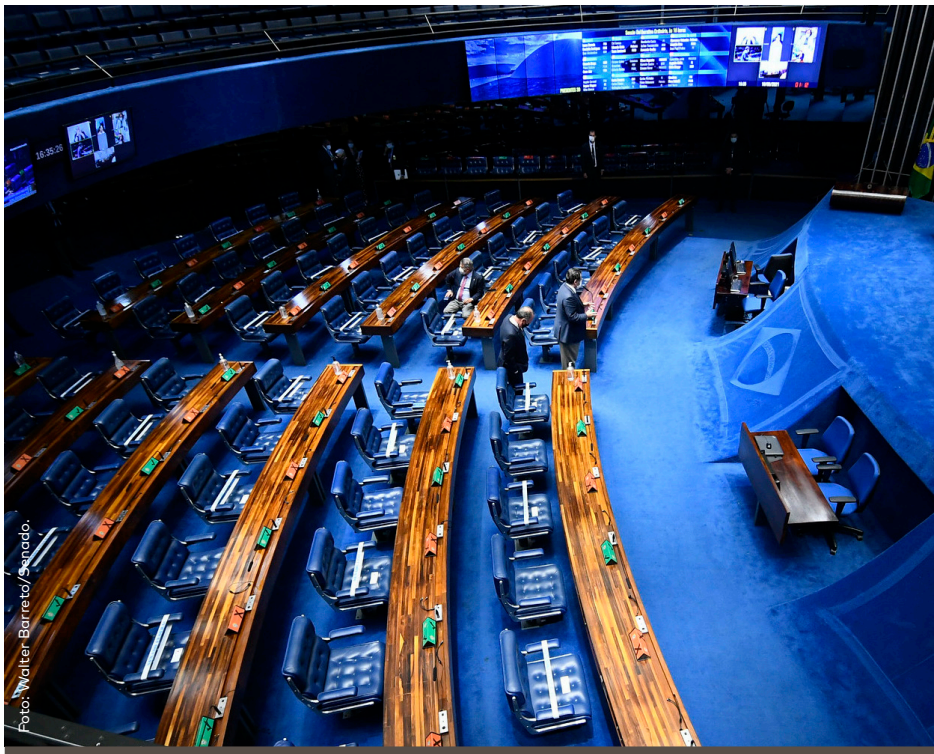


Foto: Walter Barreto/Senado.

NO GOVERNO BOLSONARO, aumentou em **285%** a abertura de inquéritos com base na LSN em comparação com o mesmo período dos governos Dilma Rousseff e Michel Temer.*

*Fonte: LAUT – Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo

VITÓRIA CONTRA O VIGILANTISMO DIGITAL

No mês de maio, Conectas, Instituto Igarapé, Instituto Sou da Paz, Rede Liberdade e Transparência Internacional Brasil protocolaram no TCU (Tribunal de Contas da União) uma denúncia apontando irregularidades em licitação para compra de suposta ferramenta de espionagem. De acordo com informações divulgadas por veículos jornalísticos, a intenção do governo era contratar a ferramenta Pegasus, conhecida por ter sido utilizada em diferentes países para espionar ilegalmente jornalistas, defensores de direitos humanos e críticos a governos. Após a repercussão do caso, a NSO Group, empresa israelense responsável pelo Pegasus, abandonou a licitação e, como o pregão não foi suspenso, outra companhia venceu, a Harpia Tecnologia.

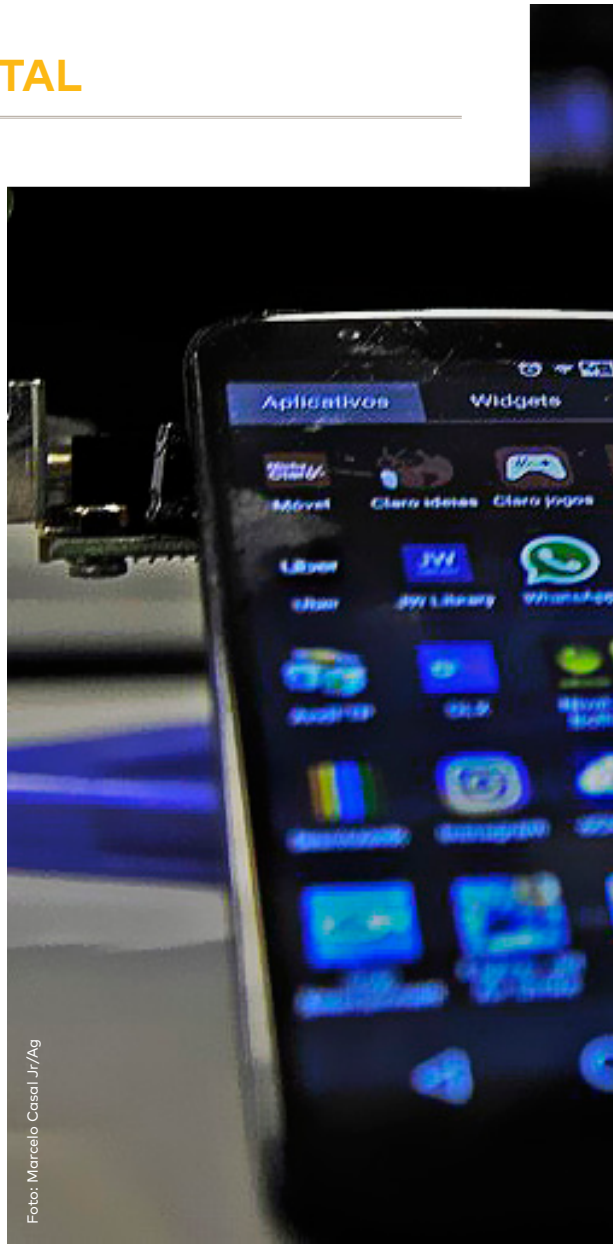
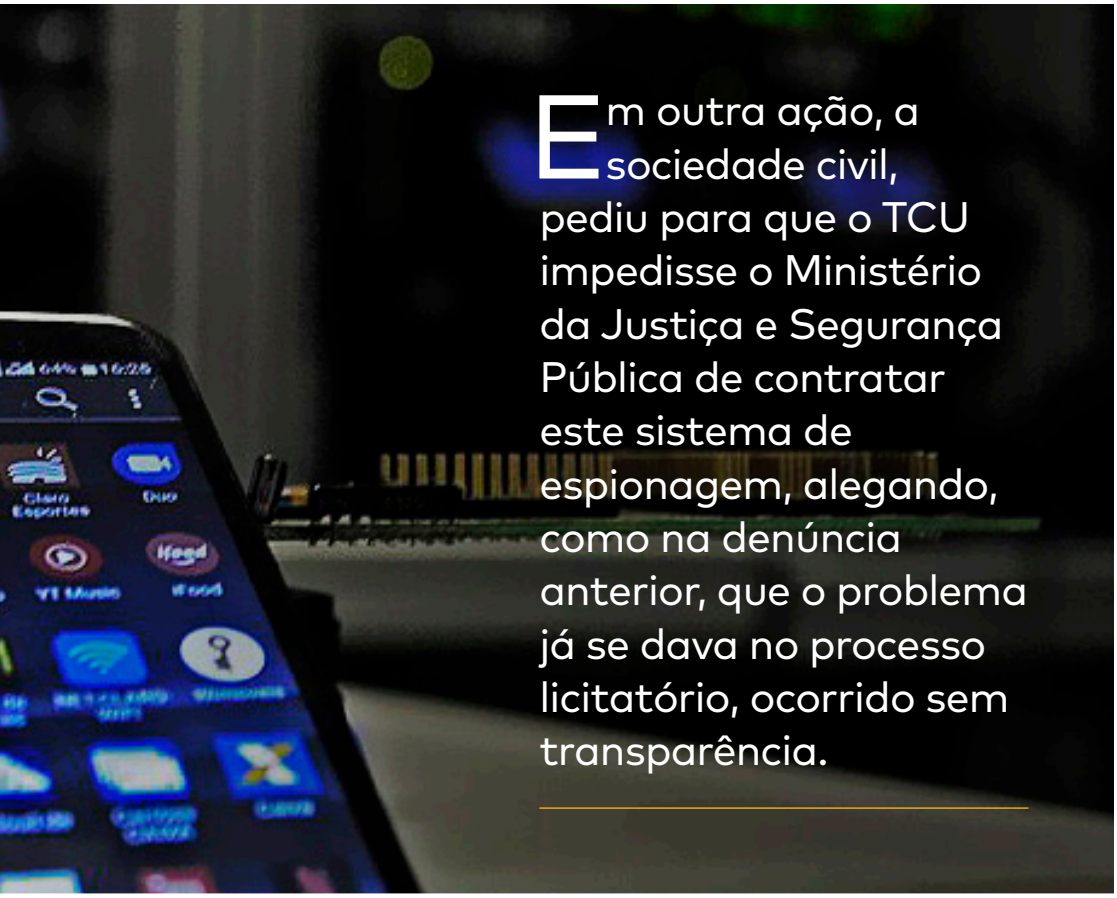


Foto: Marcelo Casal Jr/Ag

Em outra ação, a sociedade civil, pediu para que o TCU impedisse o Ministério da Justiça e Segurança Pública de contratar este sistema de espionagem, alegando, como na denúncia anterior, que o problema já se dava no processo licitatório, ocorrido sem transparência. O pedido das entidades foi aceito e em novembro a Corte de contas determinou, de forma unânime, a suspensão do pregão de aquisição do *software* de vigilantismo pelo governo federal.



Em outra ação, a sociedade civil, pediu para que o TCU impedisse o Ministério da Justiça e Segurança Pública de contratar este sistema de espionagem, alegando, como na denúncia anterior, que o problema já se dava no processo licitatório, ocorrido sem transparência.

OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL

O relatório "Ofensivas Antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação, mobilização social" faz um balanço das ofensivas contra ações que atuam na defesa da equidade de gênero no país , tendo como foco as políticas de estado e iniciativas legislativas, passando também pelas lutas no campo da educação, esporte e do encarceramento.

"Ofensivas Antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação, mobilização social"

Clique aqui para acessar o relatório

BARREIRAS AO INGRESSO DE MIGRANTES

Em fevereiro, Conectas e Missão Paz protocolaram uma representação no MPF (Ministério Público Federal) pedindo abertura de investigação sobre o fechamento discriminatório de fronteiras terrestres para migrantes e refugiados vindos da Venezuela. A representação foi motivada por resposta da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) a um parecer técnico produzido pelo Cepedisa (Centro de Pesquisas De Direito Sanitário) da USP (Universidade de São Paulo) e endereçado à agência, em dezembro de 2020.

O estudo demonstrou que as restrições impostas pelo governo federal por meio de portarias publicadas ao longo de 2020 foram seletivas, discriminatórias e não possuíam base jurídica e sanitária. Diante disso, a Anvisa declarou que nunca recomendou ao governo restrições mais duras contra venezuelanos, nem a abertura exclusiva da fronteira terrestre com o Paraguai, que ocorreu em outubro de 2020, por motivos econômicos.

A Conectas realizou ainda uma série de denúncias sobre as inconsistências e inconstitucionalidades presentes nas mais de 30 portarias interministeriais de fronteiras, demonstrando, com base na legislação sobre migração e na ciência, as possibilidades em estabelecer protocolos sanitários eficazes para receber migrantes e refugiados durante a pandemia de covid-19. Um destes momentos foi a denúncia apresentada na 47ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em junho. No mesmo mês, uma nova portaria restabeleceu a possibilidade de que migrantes venezuelanos fossem acolhidos no Brasil, abrindo caminho para a regularização migratória daqueles que entraram no país durante a pandemia. A medida, no entanto, impôs limites segundo os "meios disponíveis" de acolhimento destas pessoas, criando insegurança jurídica e abrindo brechas para criar cotas migratórias. No final do ano, havia milhares de venezuelanos nas ruas de Pacaraima, já que as fronteiras

fechadas geraram uma enorme demanda reprimida por regularização e migrantes sem documentos não eram abrigados pela Operação Acolhida.

Em missão híbrida do CNDH (Conselho Nacional de Direitos Humanos) para verificar a situação dos direitos humanos de migrantes e refugiados nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, o Conselho realizou escuta de migrantes e refugiados e da sociedade civil local, em Audiência Pública Virtual em abril de 2021. O Conselho também se reuniu com autoridades da Operação Acolhida e da Polícia Federal em reuniões virtuais e, posteriormente, em novembro, realizou visita e inspeções *in loco*. Conectas acompanhou as atividades da missão.

Foto: Marizilda Cruppe/Conectas

Foto: Divulgação

ADEUS À IRMÃ TELMA

Faleceu em 23 de junho de 2021 Telma Lage. À frente do Centro de Migrações e Direitos Humanos da Diocese de Roraima, irmã Telma teve um papel essencial na acolhida de venezuelanos e venezuelanas em Boa Vista desde o início da crise humanitária que afetou o país vizinho e que forçou o deslocamento de dezenas de milhares de pessoas através da fronteira terrestre com o Brasil. Essa grande ativista via no Direito uma ferramenta para alcançar a justiça social que tanto praticava em seu dia-a-dia. Como advogada, atuou em parceria com Conectas em diferentes casos na Justiça exigindo o fim de flagrante discriminação das autoridades locais em relação aos direitos da população migrante.

RELIGIOSOS EM DEFESA DAS VIDAS NEGRAS

Para marcar os três meses do assassinato brutal de Beto Freitas, em supermercado da rede Carrefour em Porto Alegre (RS), diversas entidades religiosas, de direitos humanos e movimentos sociais lançaram um vídeo em fevereiro de 2022 em defesa das vidas das pessoas negras e pedindo justiça pela morte de Beto. A manifestação fez parte da campanha permanente "Minha Fé é antirracista", que mobiliza pessoas de fé e outros atores da sociedade no combate à discriminação racial, além de entidades da sociedade civil, como Conectas.

Em novembro, quando completou um ano da morte de Beto, o grupo se juntou mais uma vez para realizar o "Ato inter-religioso: Minha Fé é Antirracista", que contou com a presença de evangélicos, budistas, religiosos afro-brasileiros, católicos e pessoas de outras expressões de fé.

Assista ao vídeo: "Minha fé é antirracista"

Clique aqui para assistir ao vídeo

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS E ATAQUES AO SISTEMA ELEITORAL

As ofensivas anti-democráticas lideradas por Jair Bolsonaro tiveram seu ápice em 2021, quando o presidente convocou atos para o 7 de setembro, Dia da Independência do Brasil, com mensagens de ameaça ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Por conta disso, organizações nacionais e internacionais de direitos humanos, como a Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), o ISA (Instituto Socioambiental) e a própria Conectas, se uniram e formaram uma Comissão Ad Hoc para observar e

denunciar as possíveis violações de direitos humanos nos protestos. A preocupação central foi com a garantia da segurança e integridade do Acampamento Luta Pela Vida, que congregou mais de 6.000 indígenas durante o mês de agosto em mobilizações contra o marco temporal.

O presidente e seus aliados também iniciaram uma campanha contra a urna eletrônica, alegando possibilidade de fraudes e gerando dúvidas sobre a lisura do sistema eleitoral brasileiro. Na Câmara, uma proposta de emenda constitucional apoiada pela bancada governista que previa o voto impresso foi derrotada em votação em plenário. Em nota, Conectas se posicionou, afirmando que "só resta um caminho para quem está comprometido com a defesa do Estado Democrático de Direito: se opor à proposta do voto impresso e se comprometer com o respeito do resultado eleitoral de 2022."

Às vésperas das mobilizações anti-democráticas promovidas por simpatizantes do governo Jair Bolsonaro, o Planalto editou uma medida provisória (MP 1068/21) que altera o poder das redes sociais de moderar conteúdos e remover perfis que violem seus termos de serviços. Sob alegação de que a MP garante a liberdade de expressão, o governo propôs alteração do Marco Civil da Internet e da Lei de Direitos Autorais e, segundo especialistas, dificulta o combate à desinformação e ao discurso de ódio. O texto, entretanto, foi devolvido sem apreciação pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que considerou haver inconstitucionalidades nele.

CRIMINALIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Em dezembro de 2021, a base governista na Câmara tentou votar um requerimento de urgência para apreciação do PL 1595/19, que dispõe sobre "ações contraterroristas". De autoria do deputado Major Vitor Hugo, o texto prevê, entre outras coisas, a criação de uma "polícia política" composta por órgãos de Estado e controlada diretamente pelo presidente da República. O texto inclui disposições

excessivamente vagas e amplas apresentando graves riscos de abuso, especialmente contra ativistas e defensores dos direitos humanos, além de criar um sistema paralelo de vigilância e repressão comandado pelo presidente da República, o que pode colocar em risco os opositores do governo. Abre brecha para criminalizar protestos, legaliza excludente de ilicitude, traz de volta a figura dos "atos preparatórios", ou seja, cria formas de intervenção policial sem ter a concretude do ato e, sendo assim, meras intenções poderão se tornar crimes. Após pressão da sociedade civil, o requerimento de urgência foi rejeitado.

Saiba mais
Para pressionar o Congresso a barrar a tramitação do PL 1592/19, diversas entidades lançaram a campanha **"Lutar não é crime".**

Foto: Gabriel Guerra/Conectas

Defesa dos Direitos Socioambientais

DESMONTE DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

Em um ano pautado por uma série de projetos em tramitação no Congresso Nacional que desmantelam a proteção ambiental brasileira e abrem brechas para a redução de áreas protegidas e expansão do garimpo e da agropecuária ilegais, as organizações da sociedade civil se mobilizaram para barrar os piores retrocessos.

Entre estes projetos, está o PL 2159/2021, que cria a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que enfraquece importantes procedimentos para autorização e controle de obras e atividades econômicas que causam impactos socioambientais significativos e o PL 2633/2020, que facilita a grilagem de terras públicas.

Em março, um manifesto assinado por 50 entidades, entre elas Conectas, foi entregue ao Conselho de Direitos Humanos da ONU alertando sobre o enfraquecimento da legislação socioambiental e solicitando o reconhecimento do direito ao meio ambiente sustentável como um direito humano fundamental. Em maio, uma outra carta assinada por 61 organizações e enviada ao então novo secretário-geral da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) alertou que uma possível adesão do Brasil à organização não deve ser "uma chancela à condução das políticas socioambientais e de direitos humanos do atual governo brasileiro", e tais legislações são ameaças

Foto: Victor Moriyama/Amazônia em Chamas

contra o clima, meio ambiente e direitos humanos.

Em julho, Apib, Conectas, ISA (Instituto Socioambiental) e Observatório do Clima denunciaram o Brasil no Conselho de Direitos Humanos da ONU por propostas legislativas que alteram o licenciamento ambiental e a demarcação de terras indígenas.

Também em junho, a Câmara dos Deputados estabeleceu um grupo de trabalho para discutir alterações ao Código de Mineração no Brasil. O relatório do GT, divulgado em dezembro, foi alvo de protestos da sociedade civil. Integrantes do Observatório do Clima divulgaram uma nota com críticas ao relatório final da proposta. Assinado por nove entidades, incluindo Conectas, a manifestação afirma que a nova proposta é "inconsistente, irresponsável e inconstitucional" por privilegiar interesses minerários em detrimento dos direitos socioambientais.

PROJETOS QUE ENFRAQUECEM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL		
PL 2159/2021	**PL 2633/2020**	**PL 3729/04**
O texto-base deste projeto de lei votado pelos deputados cria uma nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental e flexibiliza o licenciamento ambiental, permitindo, inclusive, a licença autodeclaratória.	Flexibiliza as regras de regularização fundiária de terras públicas federais e, na prática, pode dar caráter legal para áreas invadidas e deixar de fiscalizar descumprimento de leis ambientais, já que passa de quatro para seis módulos fiscais o tamanho da propriedade ocupada que poderá ser regularizada com dispensa de vistoria pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).	Dispensa o licenciamento para diversas atividades poluidoras, como propriedades rurais e industriais; cria o licenciamento autodeclaratório para atividades consideradas de "menor impacto"; permite que Estados e Municípios flexibilizem as exigências ambientais; além de dificultar a responsabilização de entidades financiadoras sobre eventuais impactos socioambientais de projetos financiados.

Foto: Christian Braga/Greenpeace

EM DEFESA DO CONAMA

RICARDO SALLES DEIXOU O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE EM JUNHO DE 2021, mas a "boiada" contra a política de proteção ambiental implementada levará tempo para ser revertida. Um exemplo é o decreto presidencial que reestruturou o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e que reduziu a participação de entidades públicas e organizações da sociedade civil no conselho. Esta tentativa de esvaziar o colegiado chegou ao STF (Supremo Tribunal Federal) por meio da ADPF-623. Em 17 de dezembro, uma liminar da ministra Rosa Weber, relatora da ação, suspendeu os efeitos do decreto até o tema ser julgado pelo plenário da Corte.

O LONGO CAMINHO DO BRASIL NA OCDE

Em 2021, Conectas incidiu no processo de acessão do Brasil na OCDE, dando visibilidade às violações de direitos humanos e o desmonte da política ambiental em curso no país. Em julho, o Comitê de Políticas Ambientais da OCDE publicou um relatório, traduzido pela Conectas, que mostra os desafios do governo brasileiro no alinhamento a alguns dos instrumentos legais do organismo.

Para auxiliar a sociedade civil a entender este processo, OECD Watch, Conectas e FIDH (Federação Internacional de Direitos Humanos) publicaram o "Guia da sociedade civil para incidência no processo de adesão à OCDE" apresentando as três fases de adesão à OCDE e também mostra possíveis caminhos para sociedade civil incidir e influenciar no processo.

Formada por 36 países, a OCDE auxilia no desenvolvimento de seus países-membros e fomenta ações voltadas para a estabilidade financeira e a melhoria de indicadores sociais. Para entrar na organização, os países precisam cumprir uma série de compromissos e boas práticas em diferentes áreas, como direitos humanos e ambiental.

O Brasil formalizou o desejo de entrar na organização em 2017, mas a distância entre o discurso e a prática do governo revela parte do difícil trajeto que o país traça rumo à realização deste objetivo.

Foto: Hervé Cortinat/OECD

LEIA MAIS

RELATÓRIO OCDE: Avaliação de Desempenho Ambiental do Brasil

GUIA DA SOCIEDADE CIVIL para incidência no processo de acessão à OCDE

LEVANTE PELA TERRA

O futuro das terras indígenas esteve em votação no STF em 2021 com o julgamento do RE (Recurso Extraordinário) 1.017.365 sobre o "marco temporal". Defendida por ruralistas, a ideia ignora o direito tradicional sobre as terras e defende que o território só pode ser demarcado para povos que o ocupavam no momento da promulgação da Constituição de 1988. Conectas participa da ação como *amicus curiae*. O julgamento foi suspenso em setembro e ainda aguarda data para retornar à pauta.

Na mesma linha da ação no STF, um projeto de lei em tramitação no Congresso (PL 490/2007) também pretende limitar o reconhecimento à terra de povos indígenas e abrir os territórios à exploração econômica. Aprovado em junho pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara sem a participação da sociedade civil ou de representantes indígenas.

Em reação, mais de 160 organizações divulgaram carta aberta ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, contra a tramitação

Foto: Leo Otero/Greenpeace

do texto. Além disso, em julho, Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), ISA (Instituto Socioambiental), Comissão Arns e Conectas Direitos Humanos enviaram um apelo urgente às Nações Unidas solicitando que sejam cobradas medidas urgentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sobre o projeto.

Em agosto, a ONU e a CIDH também pediram que o STF rejeitasse a tese do marco temporal e assegurasse o futuro das terras indígenas no país. Pouco tempo depois, a CIDH, em outra manifestação, demonstrou preocupação em relação a projetos de lei que, segundo o organismo internacional, agravam o desmatamento e aumentam a ameaça e a violência contra indígenas no Brasil.

Em agosto mais de 6 mil indígenas de 176 povos de todas as regiões do país estiveram reunidos no acampamento "Luta pela Vida", em Brasília. Considerada a maior mobilização indígena dos últimos 30 anos, o objetivo era pressionar contra os ataques judiciários e legislativos aos seus direitos constitucionais. O descaso do governo federal

ENTENDA A AÇÃO DO MARCO TEMPORAL NO STF

O Recurso Extraordinário com repercussão geral (RE-RG) 1.017.365, que tramita no STF, é um pedido de reintegração de posse movido pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) contra a Funai e indígenas do povo Xokleng, envolvendo uma área reivindicada da TI Ibirama-Laklanõ. O território em disputa foi reduzido ao longo do século XX e os indígenas nunca deixaram de reivindicá-lo. A área já foi identificada pelos estudos antropológicos da Funai e declarada pelo Ministério da Justiça como parte da sua terra tradicional.

ASSISTA À SUSTENTAÇÃO ORAL DA CONECTAS NO CASO

A DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS CONTRA A COVID-19

com os povos indígenas e quilombolas durante a pandemia de covid-19 continuou na pauta do STF em 2021. Em fevereiro, o Supremo decidiu que a União apresentasse, no prazo de 30 dias, um plano nacional de enfrentamento à pandemia voltado para a população quilombola. A decisão ocorreu no âmbito da ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 742, movida pela Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas). O pleno da Corte determinou, ainda, a suspensão de ações sobre direitos territoriais, como reintegrações de posse, que envolvam quilombos. Em junho, foi a vez de a Corte determinar, por unanimidade, a proteção dos povos Munduruku e Yanomami no âmbito da ADPF-709. O Supremo decidiu sobre pedido feito pela Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) pela retirada urgente de invasores e pela garantia da integridade física das pessoas ameaçadas nos territórios. Conectas atua em ambos os casos como *amicus curiae*.

Foto: Camila Mikie/Conectas

O IMPACTO DE PARQUES EÓLICOS SOBRE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Uma reportagem publicada pela Conectas mostrou como a instalação do maior complexo de parques eólicos do Brasil modificou drasticamente a paisagem da chapada do Araripe, localizada na tríplice fronteira entre os estados do Ceará, Piauí e Pernambuco, e alterou a vida de comunidades quilombolas da região. Inaugurado em 2017, o Complexo Ventos do Araripe III, compreendido na fronteira entre os estados do Pernambuco e Piauí, foi construído pela empresa brasileira Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A., com financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) e do NDB (Novo Banco de Desenvolvimento), instituição financeira vinculada ao grupo dos Brics (Brasil, Rússia, China e África do Sul).

O trabalho é fruto de uma missão realizada em janeiro de 2020 pela Conectas e International Accountability Project, que entrevistou dezenas de famílias em diversas comunidades aos arredores do Ventos do Araripe III e constatou que o empreendimento gera transtornos e divide a comunidade.

Foto: João Brito/Conectas

LEIA A REPORTAGEM

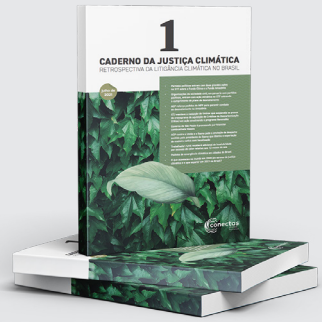
JUSTIÇA CLIMÁTICA E COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL E CLIMÁTICO

A participação social brasileira foi marcante na COP 26 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática), realizada em novembro, em Glasgow, na Escócia. Com ativistas negros, indígenas, LGBTI+, mulheres, pessoas do campo e da cidade, a sociedade civil do Brasil, diferente do governo, levou uma pauta de denúncia ao racismo ambiental e climático, de caminhos para construir a justiça climática e a importância da educação para o clima.

Em sintonia com estas discussões e propostas de mudanças, Conectas apoiou ativistas e organizações focadas em clima, participou de eventos e reuniu diversas vozes na publicação "Clima e Direitos Humanos – Vozes e ações". A organização também lançou o "Caderno da Justiça Climática nº 1", mostrando caminhos possíveis para utilizar a litigância no enfrentamento à emergência climática.

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DA CONECTAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM 2021

Clima e Direitos Humanos – Vozes e ações



Caderno da Justiça Climática nº 1

ENFRAQUECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO TRABALHISTA

Foto: Subsecretaria de Inspeção do Trabalho/Divulgação Twitter

Supostamente editada para estimular a geração de empregos durante a pandemia, uma medida provisória publicada em 2021 pelo governo Bolsonaro acabou incluindo medidas que retiravam direitos dos trabalhadores e flexibilizavam a fiscalização e a punição de casos de trabalho análogo ao escravo. Também conhecida como minirreforma trabalhista, a MP-1045/21 previa que o empregador só poderia ser multado por infringir a lei trabalhista após duas visitas dos auditores-fiscais do trabalho, mesmo para situações graves de violações, que impõe aos trabalhadores riscos de doenças e acidentes.

O texto sofreu forte resistência da sociedade civil. Em carta para o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, diversas entidades argumentaram que a MP era um ataque a direitos fundamentais da classe trabalhadora e abria brechas para a piora das condições de trabalho e para o enfraquecimento de importantes mecanismos de proteção trabalhista existentes hoje em nosso ordenamento". Finalmente, a medida foi rejeitada pelo Senado no início de setembro.

Enfrentamento à Violência Institucional

ADPF DAS FAVELAS: AS ILEGALIDADES DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO RJ

Apesar da determinação do STF (Supremo Tribunal Federal) de suspender operações policiais durante a pandemia, duas violentas chacinas provocadas por agentes de segurança pública trouxeram indignação em 2021: a do Jacarezinho, em maio, e a do Salgueiro, em novembro.

A gravidade das operações policiais fez com que a coalizão de ONGs, coletivos e movimentos sociais que atuam na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 635, mais conhecida como ADPF das Favelas, cobrassem do STF urgência no julgamento da ação. Proposta em 2019 pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), a ação demanda, entre outras coisas, o reconhecimento da inconstitucionalidade da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro e a elaboração de um plano de redução da letalidade policial. Conectas é parte da ação como *amicus curiae*.

Reforçando o coro contra a violência institucional, seis ex-ministros da Justiça assinaram em maio uma carta aberta pedindo aos integrantes do STF que reconhecessem a necessidade de estabelecer normas para reduzir a letalidade policial nas favelas do Rio de Janeiro. No mês seguinte, 19 organizações da sociedade civil também recorreram à Corte pedindo a suspensão do sigilo imposto pelas autoridades do estado do

Rio em relação às operações policiais ocorridas desde junho de 2020.

Para além do judiciário, Conectas atuou na denúncia da violência policial junto ao Conselho Nacional de Direitos Humanos à ONU e à CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), indicando o descumprimento de determinações do STF, as execuções extrajudiciais, alterações da cena de crimes e o uso de helicóptero como plataforma de tiros.

No caso de Jacarezinho, relatores da ONU pediram uma investigação "independente, completa e imparcial sobre os assassinatos". No início de dezembro, a CIDH também manifestou-se condenando a chacina do Salgueiro.

Foto: Divulgação.

CONHEÇA OS PRINCIPAIS PEDIDOS DA ADPF DAS FAVELAS:

- Plano de redução da letalidade policial com participação da sociedade civil.
- Observatório Judicial para supervisão do cumprimento das medidas.
- Veto ao uso de helicópteros como plataformas de tiros.
- Restrição a operações policiais próximas a escolas, creches e centros de saúde.
- Fim de diligências aleatórias e ilegais em residências dentro de favelas.
- Preservação das cenas de crimes cometidos nas operações policiais para perícia.
- Investigação dos casos de mortes e outras violações causadas por agentes de segurança.
- Instalação de câmeras e equipamentos de GPS nas viaturas e fardas dos agentes.
- Divulgação de protocolos de ação policial.

NÚMEROS DA VIOLÊNCIA POLICIAL NO RIO DE JANEIRO EM 2021*

4.653 tiroteios
registrados no ano, sendo que
1.354
deles aconteceram durante operações policiais.

66 chacinas
registradas, com
255 mortes,
número 39% maior em relação ao ano anterior.

Do total de chacinas, **46 houve ação/operação policial** com **195 mortos**.

*Fonte: Instituto Fogo Cruzado

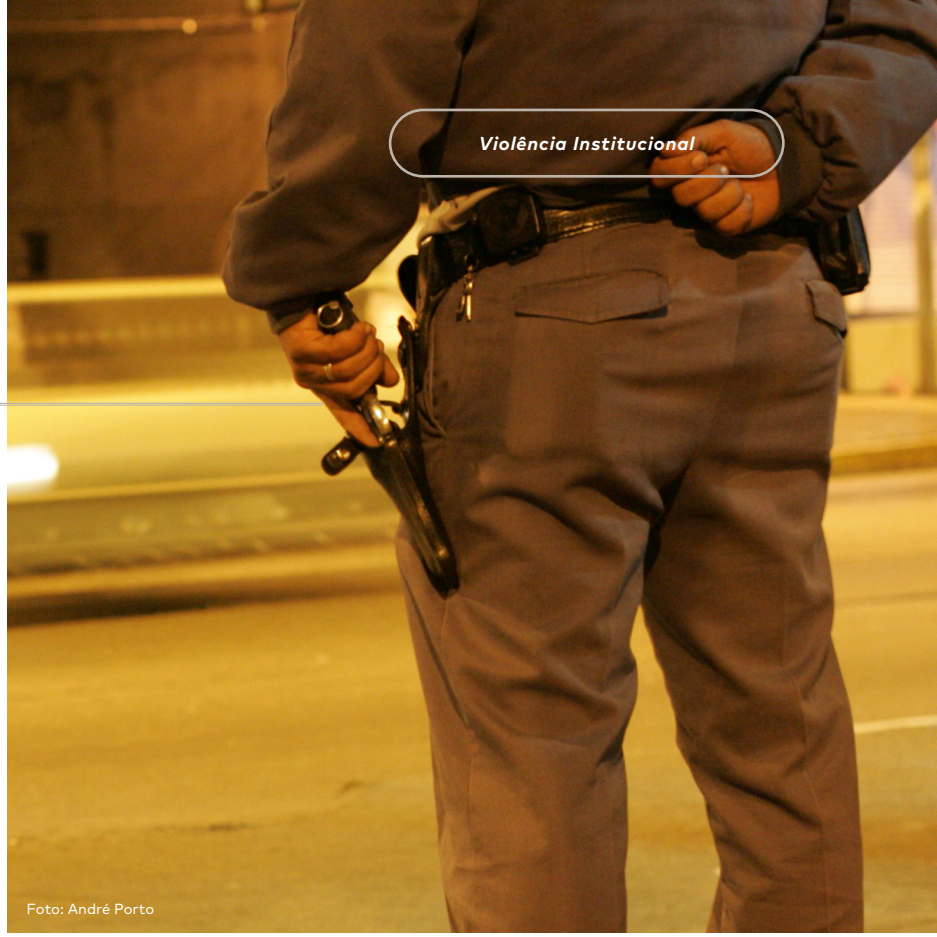


Foto: André Porto

NÃO À "LICENÇA PARA MATAR"

Em março de 2021, mais de cem organizações da sociedade civil enviaram carta ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, pedindo rejeição a todos os projetos que tramitam na Casa para ampliar as hipóteses de excludente de ilicitude a policiais e militares.

De acordo com as entidades, o Código Penal brasileiro já estabelece a possibilidade de afastar a culpabilidade quando o uso letal da força for praticado por agentes em estado de necessidade, legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Tramitam na Câmara ao menos quatro projetos de lei que tratam da não responsabilização de agentes de segurança ou militares que cometerem crimes dolosos contra a vida: PL 6125/2019, PL 9432/2017, PL 7883/2017 e PL 1595/2019.

NEGLIGÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO DE VIOLÊNCIA POLICIAL

Em parceria com o IDDD (Instituto de Defesa do Direito de Defesa), Conectas lançou em maio o relatório "Investigações em Labirinto: os caminhos da apuração das denúncias de violência policial apresentadas em audiências de custódia". O documento mostrou que denúncias de violações, como tortura e lesão corporal, cometidas por policiais militares durante prisão em flagrante são arquivadas com frequência. As situações ocorrem mesmo com

a realização das audiências de custódias presenciais, o que, na avaliação de especialistas, pode se tornar ainda mais grave com a realização de audiências virtuais. O relatório também apresenta recomendações para que denúncias sejam apuradas e as vítimas, reparadas.

O levantamento qualitativo analisou 53 denúncias de agressão contra policiais militares em audiências de custódia realizadas em São Paulo em dois períodos distintos. Primeiro, em 2015; depois, entre 2017 e 2018, quando a lei 13.491 transferiu para a Justiça Militar os casos de violência policial denunciados nas audiências de custódia. No primeiro levantamento, referente a 2015, todos os casos foram levados à investigação e 52% arquivados após a análise inicial. No levantamento posterior (2017 e 2018), 86% foram arquivados sem render uma Investigação Preliminar ou um Inquérito Policial Militar.

Foto: Daniel Arroyo/Ponte Jornalismo

JUSTIÇA MILITAR

Até 2017, as denúncias contra policiais militares eram investigadas pela Justiça Militar e pela Justiça Comum. Com a alteração de competência na Lei nº 13.492, desde então as denúncias contra militares passaram a ser investigadas exclusivamente pela Justiça Militar. Via de regra, os crimes de um PM são apurados por uma investigação preliminar, um procedimento sem qualquer base legal liderado por um oficial de seu próprio batalhão, o que em parte explica a não responsabilização nos casos estudados. A pesquisa analisou o impacto desse instrumento e apontou aperfeiçoamentos nos mecanismos de blindagem da violência estrutural do Estado.

LEIA NA ÍNTEGRA:

"**Investigações em Labirinto:** os caminhos da apuração das denúncias de violência policial apresentadas em audiências de custódia"

Foto: Depen/MG.

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA: TORTURA NÃO SE VÊ PELAS CÂMERAS

No ano de 2021, a chamada virtualização da justiça penal esteve em pauta em diversos momentos, exigindo uma forte atuação de entidades da sociedade civil na defesa, especialmente, da realização da audiência de custódia presencial, procedimento que avalia a legalidade da prisão e se a pessoa custodiada foi submetida a atos de tortura ou outros tipos de tratamentos degradantes durante a abordagem policial.

Já em janeiro, em apelo urgente enviado à CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), mais de 60 organizações da sociedade civil denunciaram a aprovação de uma resolução do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) "sobre a possibilidade de realização de audiências de custódia por videoconferência durante a pandemia, quando não for possível a sua realização, em 24 horas, de forma presencial". Anteriormente, o próprio CNJ havia proibido "expressamente, a adoção de videoconferência na realização das audiências de custódia enquanto durasse a pandemia de covid-19 no país".

Em março, o Brasil foi alvo de denúncia na ONU sobre este tema, durante a realização da 46ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, Suíça.

No mês de maio, o Congresso retomou a obrigatoriedade de audiência de custódia presencial quando o Congresso Nacional derrubou vetos do presidente Jair Bolsonaro ao chamado pacote "anticrime", um projeto de 2019 que determinava uma série de mudanças legislativas relacionadas à segurança pública. A derrubada dos vetos atendeu a uma demanda da sociedade civil que trabalha no combate à tortura. No mesmo mês, no entanto, o Senado aprovou um projeto de lei que voltou a permitir a realização de audiências de custódia de forma remota, retrocedendo a decisão de maio do próprio Congresso Nacional.

O tema também esteve em pauta no STF. Na ADI 6841 (Ação Direta de Inconstitucionalidade), organizações anti-tortura pedem que a Corte matenha veto do Congresso que garante a realização presencial das audiências de custódia. Em junho de 2021, o ministro Nunes Marques concedeu uma liminar que desobriga os estados a realizarem audiências de custódia presenciais. Após pedido de destaque do ministro Gilmar Mendes, o STF suspendeu o julgamento que apreciaria tal liminar. Sem data definida, o julgamento terá que ser realizado no plenário presencial. Juntamente com IDDD (Instituto de Defesa do Direito de Defesa), ITTC (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania), Instituto ProBono, APT (Associação para a Prevenção à Tortura), Gajop e Agenda Nacional pelo Desencarceramento, Conectas ingressou com pedido de *amicus curiae* no caso.

CRIMES DE MAIO: 15 ANOS SEM JUSTIÇA

No marco dos 15 anos dos Crimes de Maio, a Defensoria Pública de São Paulo, o Movimento Mães de Maio e Conectas enviaram uma petição à CIDH para pedir

que o governo brasileiro seja cobrado sobre os casos de desaparecimento registrados durante o sangrento episódio ocorrido nas periferias paulistas em 2006. Em agosto, a CIDH acolheu uma outra denúncia contra o Estado brasileiro sobre os Crimes de Maio. Desta vez, foi um pedido da Defensoria Pública de São Paulo que requer responsabilização do Brasil por nove mortes na Baixada Santista - três casos sobre o massacre já estão na Organização dos Estados Americanos. A Conectas também enviou denúncias para o Comitê de Desaparecimentos Forçados da ONU) e, ao lado do Movimento Mães de Maio e Justiça Global, participou de uma audiência pública no Conselho Nacional de Direitos Humanos sobre os 15 anos dos crimes, realizada em agosto de 2021.

SAIBA MAIS

Em meio à comemoração do dia das mães de 2006, após ataques de uma organização criminosa contra policiais militares, as periferias de São Paulo tornaram-se palco de uma onda de terror e violência sem precedentes. Mais de 500 pessoas, na maioria jovens e negros, foram executadas entre 12 e 21 de maio, no episódio que ficou conhecido como Crimes de Maio. A maior parte das vítimas foi morta à queima roupa por grupos de extermínio – homens encapuzados, fortemente armados e em veículos sem placa.

ASSISTA AO VÍDEO E CONHEÇA MELHOR ESTA HISTÓRIA:

Foto: João Brito/Conectas.

LIMITES CONSTITUCIONAIS À JUSTIÇA MILITAR

Em setembro, um relatório divulgado pelo Comitê de Desaparecimentos Forçados da ONU sobre o Brasil afirmou que as investigações de homicídios e desaparecimentos forçados cometidos por agentes de segurança pública e militares devem ser conduzidas por tribunais do júri e pela Justiça Comum, não pela Justiça Militar. O documento faz duras críticas ao Brasil e escancara o uso o fato de que esses tribunais recorrentemente extrapolam suas competências constitucionais e atuam para além da atividade estritamente militar.

Na Justiça Militar, os casos são analisados, em sua maioria, por militares de carreira, muitas vezes sem formação jurídica, o que levanta suspeitas sobre o corporativismo e parcialidade no julgamento de seus pares. Além disso, preocupam os casos de julgamento de civis e de militares que cometerem crimes contra civis quando atuando como segurança pública, em operações de garantia da lei e da ordem.

Atualmente, seis ações sob análise do STF pretendem estabelecer limites para a competência constitucional da Justiça Militar. Dentre elas, a Conectas atua como amicus curiae em três:

JUSTIÇA MILITAR NO STF		
ADPF 289	**ADI 5901**	**ADI 5032**
Pede que o STF inabilite os tribunais militares para julgamento de civis.	Questiona a Lei 13.491/2017, que alterou o Código Militar e transferiu para a Justiça Militar o papel de investigar e julgar os militares, tirando da Polícia Civil o poder em conduzir investigações sobre oficiais militares que matam civis no curso de operações de paz e ações de garantia da lei e da ordem.	Pede que agentes das Forças Armadas que cometam crimes no exercício de atividades militares atípicas, especialmente no âmbito da segurança pública não possam ser julgados pelos tribunais da Justiça Militar, mas, sim, pela justiça comum.

"O atual cenário da Justiça Militar no Brasil não oferece à sociedade civil instrumentos legítimos de controle da atividade militar. Os tribunais geridos por militares não podem estar à parte da sociedade, com dinâmicas e regras estranhas à população e outras instituições jurídicas civis."

***Gabriel Sampaio**, coordenador do programa de Enfrentamento à Violência Institucional da Conectas.*

DESCONTROLE DE ARMAS E MUNIÇÕES

Foto: Tânia Rego/Agência Brasil

Em fevereiro, o Instituto Igarapé, Instituto Sou da Paz e Conectas lançaram a campanha "Não Somos Alvo", uma mobilização para barrar os decretos presidenciais que aumentaram o descontrole de armas e munições no Brasil, às vésperas do Carnaval.

No mês seguinte, as mesmas organizações denunciaram no Conselho de Direitos Humanos da ONU, a falta de políticas de segurança e demandaram ação do Judiciário e Congresso. Para as entidades, a desregulamentação afeta não apenas a segurança e a estabilidade democrática brasileiras, mas também representa uma ameaça a outros países que serão impactados pelos fluxos de tráfico de armas e munições.

Ainda sobre armamentos, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Conectas e Instituto Igarapé pediram, no mês de setembro, que o Tribunal de

Contas do Município de São Paulo suspendesse um decreto da prefeitura que destinava R$400 mil para a compra de dez fuzis e 25 carabinas para uso da GCM (Guarda Civil Metropolitana). Este tipo de armamento não é compatível com as funções da GCM — que inclui proteção do patrimônio público e pacificação de conflitos — e poderia aumentar a violação de direitos humanos, especialmente na região da Cracolândia, no centro de São Paulo, onde, ainda segundo as peticionárias, já existem diversos registros de abusos da guarda contra dependentes químicos.

DESREGULAMENTAÇÃO

Desde 2019, **mais de 30 medidas do Executivo Federal** ampliaram as **quantidades de armas e munições disponíveis à população** e o acesso a armas de calibres que antes eram **restritos às forças de segurança**.

ARMAS LEGAIS NAS MÃOS DE CIDADÃOS*

AUMENTO DE 65% »

2018
697 mil »

2021
1,151 milhão
de armas legais nas mãos de cidadãos*

Fonte: Exército e Polícia Federal

VIOLÊNCIA

43 mil pessoas foram assassinadas no país em 2020 »

70% dos assassinatos foram cometidos por armas de fogo »

Pessoas negras são 3/4 das vítimas de homicídios

Fonte: Atlas da Violência 2020

Litígio

Foto: Rosinei Coutinho/STF

O litígio estratégico em direitos humanos é usado por organizações como Conectas para garantir que os direitos presentes na Constituição Federal e nos tratados internacionais sejam cumpridas pelo Estado brasileiro. A intenção é confrontar o Estado e empresas de forma direta e alcançar mudanças estruturais a partir de casos judiciais. Em 2021, Conectas realizou este trabalho em diferentes tribunais, com o foco no STF e no sistema interamericano (OEA) e universal (ONU) de direitos humanos.

Para reunir os casos em que Conectas atua, a organização lançou uma nova seção no site, com conteúdo exclusivo e voltado para a temática do litígio estratégico. Assim, fica mais simples visualizar as ações de litigância estratégica em andamento e como elas impactam a vida da população brasileira, em geral, e de grupos sociais, em específico.

PARA CONFERIR A PÁGINA:
www.conectas.org/litigio/

Confira a seguir os destaques da área de Litígio em 2021:

- **STF - ADPF 635:**
  Conhecida como ADPF das Favelas, a ação processa o estado do Rio de Janeiro no STF por sua política de segurança pública e pede, entre outras coisas, um plano concreto de redução da letalidade policial.

- **STF - ADPF 289:**
  Processo no STF quer garantir que os tribunais militares atuem apenas em casos ligados ao funcionamento das Forças Armadas.

- **STF - ADI 5032:**
  Pede que o STF reconheça que o uso dos tribunais militares para processar agentes das Forças Armadas que cometem crimes em atividades de segurança pública é incompatível com os valores constitucionais.

- **STF - ADI 5901:**
  Ação no STF alega que tribunais das Forças Armadas não devem julgar militares que atentam contra a vida de civis.

- **Tribunal de Contas - Representação 014.995/2021-2:**
  Processo no Tribunal de Contas movido por entidades da sociedade civil solicita a suspensão de aquisição do sistema de espionagem por parte do governo federal.

- **CIDH - Denúncia 777-21:**
  Ação na Comissão Interamericana de Direitos Humanos pede responsabilização do Brasil por prática de ocultamento de corpos para impedir investigações no contexto dos Crimes de Maio de 2006.

- **CNMP - Reclamação disciplinar 1.00746/2021-64:**
  Solicita ao Conselho Nacional do Ministério Público a adoção de medidas necessárias a respeito da disseminação e utilização, em processos judiciais, de vídeo gravado durante audiência de instrução que contém fala de uma promotora de Justiça do Estado de São Paulo atentatórias à dignidade das ativistas do Movimento Mães de Maio.

- **CIDH 13.754:**
  Conectas, Defensoria Pública de São Paulo e familiares de vítimas dos Crimes de Maio recorrem à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para reparação total e responsabilização do Estado brasileiro por execuções sumárias ocorridas em São Paulo no ano de 2006.

Incidência

Seja no Congresso Nacional ou no Sistema Internacional de Direitos Humanos, o trabalho de incidência da Conectas acompanha as pautas de interesse da sociedade, propõe uma abordagem pautada em direitos e na defesa da democracia, e denuncia retrocessos e violações. Desde 2006, Conectas tem status consultivo junto à ONU.
A seguir, confira um resumo de nossa atuação em 2021:

RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O RACISMO

O enfrentamento ao racismo no Brasil ganhou uma nova ferramenta em 2021: a Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, da OEA (Organização dos Estados Americanos). De acordo com o texto, os países que ratificarem a Convenção devem se comprometer a prevenir, eliminar, proibir e punir todos os atos e manifestações de racismo, discriminação racial e formas correlatas de intolerância. A ratificação do documento é uma vitória do movimento negro e organizações antirracistas.

Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

GOVERNO BRASILEIRO E COVID-19: DENÚNCIA NO PARLAMENTO EUROPEU

Conectas denunciou, em abril, durante audiência do Parlamento Europeu, medidas do governo brasileiro para enfraquecer o combate à covid-19. Para demonstrar a ação proativa do governo federal em inibir medidas que poderiam proteger a população e combater a pandemia, foram citados alguns casos como a expansão das atividades consideradas essenciais, interrupção do auxílio emergencial por meses e falha na distribuição de oxigênio para hospitais de Manaus. Foi também demonstrado o recrudescimento das violações dos direitos humanos e socioambientais no Brasil no contexto pandêmico.

GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CÂMARA DURANTE A PANDEMIA

No mês de outubro, representantes de organizações da sociedade civil se reuniram com o deputado Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, para pedir transparência e garantia de participação social nos trabalhos da Casa Legislativa durante a pandemia de covid-19. Foram entregues dois manifestos assinados por 160 entidades, reforçando a importância de uma sociedade civil livre e atuante para a democracia. Viabilizada pela Frente Parlamentar de Defesa da Democracia e Direitos Humanos, a reunião contou a presença de integrantes da Conectas, Terra de Direitos, Oxfam Brasil, Pacto pela Democracia e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Aliança Nacional LGBTI+ e Rede Advocacy Colaborativo. O encontro aconteceu na mesma semana em que a Câmara dos Deputados retomou os trabalhos presenciais.

AÇÕES DE INCIDÊNCIA DO SISTEMA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

ONU

Eventos:

- Migração e refúgio no Brasil: retrocessos e fechamento de fronteira
- O papel da ONU na responsabilização da violência policial contra africanos e afrodescendentes
- Violência policial no Brasil

Discursos:

- Audiência de custódia
- Resposta do Estado à pandemia de covid-19
- Decretos sobre armas
- PLs mineração em terras indígenas, grilagem e licenciamento ambiental
- Políticas de drogas
- Operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro
- Migração, refúgio e decretos de fechamento de fronteira
- Empresas e direitos humanos

Apelos-urgente:

- Audiência de custódia
- Mecanismo de Tortura
- Jacarézinho
- PLs antiterrorismo/vigilantismo
- PLs mineração em terras indígenas, grilagem e licenciamento ambiental
- Complexo do Salgueiro

COMISSÃO INTERAMERICANA

Audiências:

- Situação dos direitos humanos de migrantes e refugiados na América do Sul no contexto da pandemia de covid-19
- Audiência de custódia virtual nas Américas no contexto da pandemia de covid-19
- Pessoas privadas de liberdade

Foto: ONU/Jean-Marc Ferré

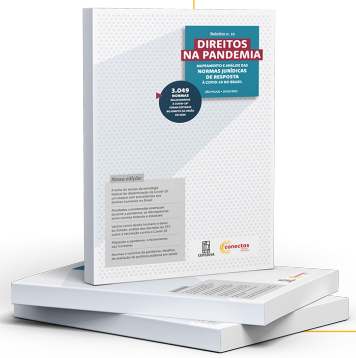
Institucional

CONECTAS 20

Em 2021, Conectas completou 20 anos de trabalho na defesa e promoção dos direitos humanos e da democracia. Para celebrar este marco, reunimos na publicação Conectas 20, trabalho conduzido pela jornalista Fernanda Mena, as histórias de fundadores, ex-colaboradores e parceiros da organização. São 20 trajetórias de personagens centrais destas duas décadas de atuação que mostram como a organização tornou-se essencial na consolidação de um movimento de direitos humanos inovador e agregador de diferentes atores que transformam realidades sociais no Sul Global.

Acesse a publicação

BOLETIM DIREITOS NA PANDEMIA



A 10ª edição do Boletim Direitos na Pandemia, uma iniciativa do Cepedisa (Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário da Universidade de São Paulo), em parceria com Conectas Direitos Humanos, revelou as estratégia do governo Bolsonaro para minar as medidas de combate à pandemia de covi-19. Os dados do estudo foram produzidos ao longo do ano de 2020, quando foram observadas 3.049 normas federais e 4.427 normas estaduais relativas à covid-19 com o intuito de avaliar o seu impacto sobre os direitos humanos. O documento foi amplamente utilizado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado responsável por investigar a condução do governo da pandemia.

Acesse a publicação

PRÊMIO VLADIMIR HERZOG

Ainda em modo remoto em razão da pandemia de covid-19, o júri do 43º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos elegeu em outubro os trabalhos vencedores da edição de 2021. Na ocasião, foi realizada uma roda de conversa com os ganhadores e uma solenidade de premiação com transmissão pelo canal do YouTube. Conectas é parte do Comissão Organizadora do Prêmio desde 2016.

Assista à cerimônia

CONECTAS RECONHECIDA PELO PRÊMIO MELHORES ONGS DE 2021

Conectas está entre as cem melhores organizações não governamentais do Brasil em 2021. Divulgado nesta terça-feira (30), o "Prêmio Melhores ONGs", elegeu as entidades que se destacaram no ano com boas práticas nas áreas de governança, transparência, comunicação e financiamento. De acordo com os organizadores do prêmio, foram 1033 organizações inscritas neste ano. Esta é a terceira vez que Conectas aparece entre as cem melhores.

SUR 31: DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DE PANDEMIA: IMPACTOS E RESPOSTAS

A Conectas, em parceria com a Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa, lançou a 31ª edição da Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos, com o tema "Direitos humanos no contexto da pandemia: impactos e respostas" que se aprofundou em três subtemas: "A pandemia de covid-19 e seus impactos sobre os direitos humanos"; "Povos indígenas, comunidades negras/afrodescendentes, justiça climática e meio ambiente" e "Vigilantismo e segurança".

Buscando ampliar e diversificar as vozes presentes na revista e fortalecer a política interna de ações afirmativas, em agosto

de 2021, a Conectas divulgou o seu segundo edital de Bolsas de Escrita voltadas à publicação de artigos e ensaios na Sur 31 e direcionado especificamente a pessoas negras e indígenas residentes no Brasil. Durante o período de concessão das bolsas, cada bolsista recebeu apoio financeiro, assim como mentoria da Professora Dra. Vera Rodrigues (UNILAB/ ABPN).

A edição contou com os editores colaboradores Eliana Sousa Silva, Usha Ramanathan, Luis Gilberto. Murillo Urrutia, Rafael Zanatta e Bruno Bioni. A revista é editada em português, inglês e espanhol e seu acesso é gratuito.

Acesse a SUR 31

HOMENAGEM

Prestamos uma homenagem a Antônio Gomes da Rocha, o Toni, que por quase duas décadas apoiou a área administrativa da Conectas com os seus serviços de courier. Amigo querido da equipe e profissional altamente responsável e comprometido, Toni era daqueles que trabalhava nos bastidores para garantir o bom funcionamento da organização. Ele partiu em junho de 2022, deixando esposa e três filhos, aos quais oferecemos imensa solidariedade. Nossa eterna gratidão!

Foto: Gabriel Guerra e Leonardo Medeiros - Concetcas.

Transparência

EQUIPE: DIVERSIDADE E BEM-ESTAR

Com a persistência da pandemia de covid-19 em 2021, o bem-estar e a saúde mental foram uma das prioridades da área de desenvolvimento institucional. Conectas seguiu mobilizada para oferecer à equipe segurança sanitária e manteve suas atividades remotamente durante a maior parte do ano, restringindo viagens a casos extremamente necessários e disponibilizando atendimento psicológico.

No que se refere à composição da equipe, desde 2016, Conectas assumiu o compromisso de alcançar uma paridade racial. Para refletir sobre esse compromisso ético, a organização criou um grupo de trabalho de Combate ao Racismo, formado por pessoas

que trabalham na Conectas. O GT realizou diversas atividades, como encontros, reuniões de trabalho, apoio à equipe da revista Sur na seleção de autoras bolsistas e um censo qualitativo e quantitativo que mostrou que a organização caminha positivamente no alcance da diversidade de raça. Conheça a composição da equipe Conectas[1]:

TOTAL DE EMPREGADOS(AS)

GÊNERO	POSIÇÃO GERENCIAL
Homens cis 12	3
Mulheres cis 24	5
Não binárie 1	0
Total 37	**8**

FAIXA ETÁRIA	
Até 25 anos	7
De 26 a 35 anos	17
De 36 a 45 anos	6
De 46 a 59 anos	7

DIVERSIDADE RACIAL

2021		
Raça	**Equipe**	**Posição Gerencial**
Brancos	19 (51,4%)	4
Pretos e pardos	16 (43,2%)	3
Amarelos	2 (5,4%)	1
Não declarado	0	0

2016		
Raça	**Equipe**	**Posição Gerencial**
Brancos	21 (67,7%)	6
Pretos e pardos	8 (25,8%)	0
Amarelos	1 (3,2%)	1
Não declarado	1 (3,2%)	0

1. Dados de 31 de dezembro de 2021

BALANÇO FINANCEIRO

Conectas recebe doações de fundações nacionais e internacionais, além de agências de cooperação e indivíduos alinhados à pauta dos direitos humanos e que acreditam no impacto de nosso trabalho. Para nós, a independência de atuação é um valor fundamental.
Por isso, não aceitamos doações do governo brasileiro nem de partidos políticos nacionais, além das indústrias de tabaco, álcool e armas.
Os recursos arrecadados são integralmente investidos nas ações de promoção e defesa dos direitos humanos, além da infraestrutura e dos recursos humanos necessários para a realização do trabalho.
Nossas contas são auditadas por consultoria independente e disponibilizadas publicamente.

RECEITAS 2021 (BRL)

Open Society Foundations	2.784.286
Luminate Foundation	1.652.959
Sigrid Rausing Trust	1.241.170
Oak Foundation Ltd	1.200.384
Laudes Foundation	585.514
Stiftung Auxilium	489.102
The Ford Foundation	486.574
Stichting Onderzoek Multinationale Ondernemingen	324.016
Instituto Clima e Sociedade - ICS	255.565
Charles Stewart Mott Foundation	187.891
Derecho, Ambiente Y Recursos Naturales	153.849

Fundação Tide Azevedo Setúbal	116.500
Doações de indivíduos	41.707
Embaixada Dos Países Baixos	34.701
Instituto Ibirapitanga	26.491
Instituto Galo Da Manhã	24.500
Tides Foundation	10.377
Instituto Betty e A. Jacob Lafer	8.534
European Climate Foundation	1.088
Eira & Sigaki Serviços Digitais Ltda	824
Voluntariado	732
Total	**9.626.764**

DESPESAS 2021 (BRL)

Administrativo e Financeiro	942.048
Captação de Recursos	1.056.913
Comunicação	675.778
Desenvolvimento Institucional	531.420
Enfrentamento à Violência Institucional	1.503.442
Fortalecimento ao Espaço Democrático	1.803.512
Desenvolvimento e Direitos Socioambientais	1.591.247
Litígio Estratégico	1.069.643
Total	**9.174.003,00**

RELATÓRIO ANUAL 2021

conectas
direitos
humanos